

Campo organizacional e desenvolvimento do Seridó

Um estudo no semiárido brasileiro

Vinícius Claudino de Sá
Renato Santos de Souza

ILPES



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Este documento foi preparado por Vinícius Claudino de Sá, Doutorando em Extensão Rural PPGExR/UFSM e Renato Santos de Souza, Prof. Dr. Do PPGExR/UFSM.

O documento foi elaborado no marco das Primeiras Jornadas de Planejamento Econômico e Social 2013, organizadas pelo Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planejamento Econômico e Social (ILPES). A revisão e preparação de todos os trabalhos foi conduzido por Paulina Pizarro, sob a coordenação geral de René A. Hernández.

Agradecem-se os comentários e o apoio do comitê liderado por Jorge Máttar, Diretor do ILPES, e integrado por Rudolf Buitelaar, René A. Hernández, Luis Miguel Galindo, Eduardo Aldunate, Luis Mauricio Cuervo, Sergio González, Juan Francisco Pacheco, Daniel Perrotti, Luis Riffo, Carlos Sandoval, Alicia Williner e Lucy Winchester.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, necessariamente, a posição da CEPAL. Este documento não foi submetido à revisão editorial.

Índice

Resumo	5
Introdução.....	7
I. Fundamentação teórica	9
A. Algumas reflexões sobre o desenvolvimento	9
B. A organização e seu papel na sociedade atual	12
C. O campo organizacional	13
D. Apresentando o Seridó	13
II. Apresentação e análise dos dados.....	17
A. Descrição das organizações pesquisadas.....	17
B. Descrição e análise do campo organizacional do desenvolvimento no Seridó.....	21
III. Considerações finais.....	27
Bibliografia	29
Índice de quadro	
Quadro 1 Organizações pesquisadas com sede e atuação no Seridó occidental-endógenas	19
Índice de diagrama	
Diagrama 1 A rede formada entre as organizações estudadas	20
Índice de mapa	
Mapa 1 Localização do Seridó no Rio Grande do Norte.....	14

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar o campo organizacional das organizações que trabalham com o desenvolvimento no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte. Na preparação dos métodos e técnicas de pesquisa, levantaram-se alguns critérios para selecionar as organizações participantes da pesquisa, e decidiu-se por trabalhar com organizações públicas e privadas sem fins lucrativos, e que atuassem em algum fórum ou rede de organizações. Foram aplicados questionários e entrevistas com as lideranças. Dentre os resultados alcançados, percebe-se que as organizações investigadas estão em estágios diferentes e algumas já possuem uma gestão bem profissional, estas conseguem obter mais recursos e conseguem atrair outras para orbitarem em sua área de influência. A grande disputa, no entanto, está entre as organizações ligadas às esferas de governo municipal e as organizações da sociedade civil; as prefeituras e câmaras de vereadores ainda são espaços relacionados com as antigas elites conservadoras, conhecidas no nordeste por coronéis.

Palavras-chave: Campo organizacional, desenvolvimento, semiárido.

Introdução

O estudo do desenvolvimento através das organizações e das instituições tem recebido uma grande atenção nos espaços acadêmicos e nas agendas dos governos. Buscar a melhor aplicação dos recursos públicos de modo a alcançar melhorias para as comunidades, respeitando suas peculiaridades locais tem se mostrado como um instigante desafio a ser alcançado.

Este trabalho teve como objetivo a análise do campo organizacional das organizações que trabalham com o desenvolvimento no Seridó Ocidental do Rio Grande do Norte. O Seridó é um espaço geográfico localizado no semiárido brasileiro, e que engloba em suas delimitações, municípios dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

Os desafios atuais estão relacionados com as restrições causadas pelas difíceis condições de vida dos habitantes da região, que ainda sofrem com a baixa qualidade da saúde pública, da educação, das oportunidades de renda e emprego, além do crescimento dos problemas relacionados com a violência e com as drogas. Neste sentido, as organizações também buscam solucionar estas demandas sociais, e para isso, precisam conquistar espaços, poder e apoio para conseguirem pôr em práticas seus desejos de desenvolvimento, e é nesse ponto que o campo organizacional se firma como um terreno onde ocorrem as disputas, as parcerias, as trocas de apoio, o fortalecimento de ideias.

Desta forma, conhecer esta dinâmica é o desafio a ser perseguido, e o que motiva este estudo. Neste contexto, as organizações apresentam-se como atores importantes neste processo de desenvolvimento, onde a legitimação dos projetos e das ações é conquistada pela participação, pelo comprometimento e pelo envolvimento dos principais interessados em contribuir na conquista do bem comum.

No campo organizacional do Seridó, a formação da identidade seridoense foi surgindo na luta pela sobrevivência no semiárido hostil e com o passar do tempo, vários grupos étnicos que ali se estabeleceram foram contribuindo para a formação dessa matriz social. A solidariedade, a religiosidade, a irmandade do seridoense, o apoio à educação, são lembrados como fatores relevantes na formação deste povo. As pessoas que habitam o Seridó se reconhecem como seridoenses e possuem diversos pressupostos culturais, valores, formas de agir e pensar que formam instituições características de um território.

I. Fundamentação teórica

A. Algumas reflexões sobre o desenvolvimento

Com a evolução atual, um modelo de sociedade ideal foi sendo construído, e principalmente após a segunda guerra mundial, o *american way of life*, o estilo de vida norte americano, foi se tornando o padrão de vida moderna, no qual as pessoas seriam capazes de realizar seus sonhos e ter oportunidades em um mundo de liberdade e democracia.

Este estilo de vida passou a ser o modelo de desenvolvimento a ser perseguido e nele a tecnologia, a indústria, a vida urbana e os hábitos de consumo tinham papel importante. Neste período, várias transformações tecnológicas aconteceram e principalmente o mundo rural foi se tornando cada vez mais um local que remete ao passado e a um tempo distante da modernidade. A população no meio rural norte americano é reduzida drasticamente.

No Brasil, os efeitos também foram percebidos, e mesmo tendo uma formação diferente da Norte Americana, no decorrer do século XX foi possível observar uma tendência de adequação a esse novo estilo de vida. O Brasil buscou a industrialização, houve um êxodo rural, o país se tornou urbano, passou a consumir e a produzir produtos modernos, mas não conseguiu resolver graves problemas. Algumas cidades e regiões no Brasil continuaram distantes do modelo ideal de desenvolvimento e permaneceram com as economias, baseadas na agricultura e no extrativismo, pouco rentáveis e pouco competitivas, como é o caso das regiões norte e nordeste. Hoje, já adentrando o século XXI, apesar de muitos avanços, a situação ainda não está resolvida.

Morin (1984) afirma que a raiz do problema está no mito da sociedade industrial, que previa o crescimento industrial como o motor do desenvolvimento econômico, o qual se tornava o motor do desenvolvimento social, que se tornava o motor do desenvolvimento/ bem estar humano. Para ele, este modelo precisa ser repensado, pois está baseado no paradigma que apresenta a ideia de que a ciência, a razão, a técnica e a indústria estão interassociadas; cada uma desenvolve a outra e todas asseguram o desenvolvimento do homem.

Este é um mito neo-saint-simoniano, segundo o qual as sociedades que atingirem o estágio industrial vão reduzir seus antagonismos, os seus conflitos e as suas desigualdades extremas, vão garantir aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode conceber. (Morin, 1984, p. 347).

Como modelo alternativo, Morin (1984) sugere que o desenvolvimento deve ser o autodesenvolvimento, numa recorrência sem fim em que o desenvolvimento se torna ao mesmo tempo meio e fim do sistema auto-organizador (sociedade e indivíduo). Nesta lógica, o ser humano deixaria de buscar o seu desenvolvimento em coisas externas e passaria a buscar o seu crescimento interno, onde a conquista da felicidade não estaria na acumulação de bens de consumo e sim num processo interno de autodesenvolvimento, no qual à medida que os indivíduos fossem se desenvolvendo a sociedade também se desenvolveria.

Outra possibilidade é apresentada por Amartya Sen no texto *Desenvolvimento como Liberdade* (SEN, 1999). O desenvolvimento, para ele, é apresentado como a eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente.

Estes dois autores ilustram bem a mudança de perspectiva, de olhar, sobre o que seria o desenvolvimento. Tanto Amartya Sen como Edgar Morin trazem para a sociedade a responsabilidade pelo desenvolvimento, e sem a pressão do crescimento industrial, haveria aí sim a possibilidade do desenvolvimento sustentável. A questão passa, então, por repensar o mito Neo-sant-simoniano descrito por Edgar Morin.

Numa perspectiva holística e ecológica, Capra (1996) esboça o amplo contexto social e cultural da nova concepção de vida. Ele afirma que as preocupações com o meio ambiente adquirem suprema importância e defrontam-se com toda uma série de problemas globais que estão danificando a biosfera e a vida humana de uma maneira alarmante, e que podem logo se tornar irreversível. Quanto mais se estudam os principais problemas desta época, mais se percebe que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e são interdependentes.

Para Capra(1996), há soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas delas até mesmo simples. Mas requerem uma mudança radical em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores. Segundo o autor, o grande desafio do nosso tempo é criar comunidades sustentáveis – isto é, ambientes sociais e culturais onde podemos satisfazer as nossas necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras.

No entanto, várias outras correntes teóricas refletem sobre a viabilidade do dito modelo de desenvolvimento capitalista. Celso Furtado apresenta no seu trabalho *O mito do Desenvolvimento Econômico* (1996), a lógica do atual sistema, que reforça uma desigual relação entre países centrais e periféricos, e na qual, para ele, não há espaço para o desenvolvimento dos países periféricos, sendo inviável para a existência do nosso ecossistema a pressão do consumo e do modo de vida dos países centrais replicados pelos países periféricos (Furtado, 1996).

A conclusão geral que surge é que a hipótese de extensão ao conjunto do sistema capitalista das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. E é essa a razão pela qual uma ruptura cataclísmica, num horizonte previsível, carece de verossimilhança. O interesse principal do modelo que leva a essa previsão de ruptura cataclísmica está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevada que toda a tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana (Furtado, 1996, p.88).

Diante disso, outro lado do conceito de desenvolvimento está sendo apresentado. O lado que indica um interesse dos países centrais em consolidar a sua hegemonia e com isso ditar regras, padrões, conceitos, que em muitos casos são antagônicos para muitas culturas no mundo. Esta forma de imperialismo avança, seja através de conflitos bélicos para assegurar recursos naturais justificados pela suposta defesa da democracia e da liberdade, seja pelos meios de comunicação de massa, que invadem os lares das pessoas e promovem produtos, serviços e modos de vida.

Desta forma, o dilema passa a ser a redefinição do modelo de desenvolvimento, ou melhor, a aceitação de vários modelos de desenvolvimento, acreditando que as comunidades em seus territórios estarão aptas a alcançar melhorias que elevem a qualidade de vida dos seus cidadãos sem que haja uma “pasteurização cultural”.

Muitas vezes a resistência a esses avanços não surte efeito, o poderio de algumas nações sobre as outras é evidente e o tipo de desenvolvimento que passa a ser perseguido é aquele que atende mais aos interesses dos países centrais do que aos interesses das comunidades dos países periféricos. Para Sardar (1996), estratégias de desenvolvimento tem devastado a agricultura de sociedades não ocidentais (mais aparente na Revolução verde na Índia e Paquistão) e transformando países independentes em servos de bancos e corporações internacionais.

Para Tucker (1996), desenvolvimento é simplesmente um processo global de engenharia social aonde quem tem mais poder militar e econômico controla, domina e molda a vida de outros de acordo com o seu propósito. O que as pessoas acreditam, ideias, pensamentos e sentimentos, não são levados em consideração e respeitados quando se fala em desenvolvimento humano. Desenvolvimento não tem o mesmo significado para o diretor do Fundo Monetário Internacional, para um trabalhador da Zâmbia ou mesmo para um muçulmano iraniano ou um empregado da USAID.

O quadro que se apresenta é de dominação dos países periféricos pelos países centrais, que vem assegurando uma hegemonia cultural, científica e tecnológica num processo conhecido como globalização, processo este que está baseado numa sociedade de consumo que precisa cada vez mais de recursos naturais para atender aos seus anseios. O desafio, então, é buscar uma forma de desenvolvimento multi-civilizacional, onde sejam respeitadas as diversas formas de expressão dos povos.

Nesta perspectiva, ganha visibilidade o conceito de monitoramento conhecido como Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD da Organização das Nações Unidas-ONU. Então, o IDH, através das suas dimensões, pode oferecer uma nova proposta de mensuração do nível de desenvolvimento de uma localidade. Destacam-se como principais indicadores, o acesso à educação, saúde, emprego, saneamento básico, entre outros.

Mas, a experiência de criar indicadores para entender o estágio do desenvolvimento de uma localidade vem recebendo várias críticas. Acadêmicos, gestores de políticas públicas e diversos atores da sociedade destacam que apesar dos avanços, a formalização de um índice, ou seja, a tentativa de quantificar um conceito tão amplo como desenvolvimento, é falha, pois as dimensões subjetivas são negligenciadas, e fatores culturais e diversos outros aspectos que compõem as instituições¹ comuns a uma determinada comunidade são deixados em segundo plano.

Uma tentativa de reduzir esta disparidade é vista no texto Sen (1999). Neste trabalho, o termo desenvolvimento ganha uma perspectiva ampliada, onde, segundo o autor:

A importância intrínseca da liberdade humana em geral, como o objetivo supremo do desenvolvimento, é acentuadamente suplementada pela eficácia instrumental de liberdades específicas na promoção das liberdades de outros tipos. Os encadeamentos entre diferentes formas de liberdades são empíricos e causais, e não constitutivos e compositivos (Sen, 1999, p.10).

¹ É importante destacar que as instituições são aqui entendidas como construções sociais que manifestam-se através das normas, dos valores, dos costumes, dos códigos morais e demais constructos sociais capazes de delinear e dar sentido ao comportamento dos grupos (Jepperson, 1991).

Entretanto, a força da definição apresentada por Sen (1999) esbarra em questões práticas e operacionais, pois os termos desenvolvimento e liberdade são conceitos ricos de interpretações e de nuances que se especificam dependendo do contexto, e mesmo num mundo dito globalizado, admite-se um fator de resistência local a alguns pressupostos globais. Desta forma, as liberdades podem ser percebidas de diversas formas, e em alguns casos, podem inclusive ser contraditórias, ou seja, um tipo de liberdade defendido por um grupo humano pode chocar e ferir as instituições de outro grupo, e, conseqüentemente, as suas liberdades.

Sardar (1996, p.36-37) critica o modelo de desenvolvimento proposto pelas nações ocidentais e afirma que os estados desenvolvidos, com suas políticas industriais, economias de livre mercado, avanços tecnológicos, e suas instituições políticas, sociais, e culturais determinam os melhores exemplos para todas as formas de esforços humanos, enquanto que as outras nações e culturas devem simplesmente seguir estes exemplos.

O tipo de desenvolvimento defendido pelos países ocidentais não leva em consideração a herança cultural/tradicional e os valores sagrados/religiosos das nações não ocidentais. O ocidente define o que é ciência, racionalidade, religião, civilização, liberdade, democracia, direitos humanos, desenvolvimento, e assim sucessivamente; outras culturas têm que aceitar estas definições e a escravização e subserviência cultural que inevitavelmente seguem (Sardar, 1996).

Esta crítica sobre a interferência dos países desenvolvidos na autonomia dos países subdesenvolvidos representa um aspecto importante nos estudos sobre o desenvolvimento, pois a diminuição da autonomia ameaça as liberdades e, segundo Froehlich (1999, p.09), a autonomia propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade estabelecer, segundo as especificidades de sua cultura, o conteúdo concreto e continuamente mutável do desenvolvimento.

Por fim, vale salientar, também, que atrelado ao conceito de desenvolvimento está uma disputa por poder e hegemonia, onde entrar no grupo das comunidades desenvolvidas garante uma série de privilégios e o dever de garantir que suas liberdades, ou modo de vida, não sejam afetados. Sendo assim, é possível deduzir que comunidades desenvolvidas e subdesenvolvidas possuem liberdades e instituições próprias, entretanto, as comunidades desenvolvidas possuem o poder de garantir que as suas liberdades e instituições permanecerão, enquanto que as subdesenvolvidas, mesmo tendo o poder de resistir, serão estimuladas a seguir o modelo e o estilo de vida das comunidades desenvolvidas.

B. A organização e seu papel na sociedade atual

A discussão sobre a situação atual da sociedade, sobre como será possível resolver os problemas mais básicos da condição humana e como enfrentar os novos desafios gerados por um modelo altamente exigente de recursos naturais, tem impulsionando muitos estudiosos a refletir sobre esta temática.

Neste sentido, é possível afirmar que hoje existe uma aproximação maior entre os povos, e que através da evolução dos sistemas de comunicação e transportes as distâncias foram reduzidas, o mundo está mais integrado, e, neste contexto, as organizações assumem um papel importante. Conforme Souza (2012, p.31), “em certo sentido, as organizações podem ser consideradas unidades básicas da sociedade contemporânea”.

Mesmo sendo unidades básicas da sociedade, deve-se ter em vista que a Organização é composta por pessoas, que se relacionam e buscam alcançar objetivos comuns. Sendo assim, as organizações são primordialmente um local de ação social, e organizar é fundamentalmente, um processo social (Souza, 2012, p.29).

Ainda nesta perspectiva de buscar entender o significado das organizações para as sociedades contemporâneas, surgem às interações com os aspectos institucionais; desta forma, as organizações são definidas em termos de estruturas e funções reconhecidas e aceitas enquanto as instituições são

definidas em termos de crenças, normas e regras que permitem o desenvolvimento das funções e estruturas (Appendini; Nuijten, 2008).

Para Meyer e Rowan (1991, p.41), nas sociedades modernas as estruturas das organizações formais estão em contextos altamente institucionalizados. Desta forma, as organizações e as instituições aparecem como “corpo e alma”, onde os sentidos, os valores, os mitos, os conceitos e as crenças se complementam com a estrutura formal das organizações.

Pode se afirmar, também, que as organizações constituem campos organizacionais, elas não existem sozinhas, elas compartilham com o ambiente externo crenças e valores, e como consequência, as regras e normas institucionalizadas (Ferro; Gonçalves, 2010, P.92).

Desta forma, as organizações, que são compostas por pessoas, também se relacionam com outras pessoas em outras organizações, e este relacionamento se dá através das regras e significados comuns que constituem o campo organizacional.

C. O campo organizacional

Um campo organizacional é uma comunidade de organizações que compartilham de um sistema de significados comum, cujas regras institucionalizadas são consideradas válidas e seus participantes interagem entre si com mais frequência do que com atores fora desse campo (Scott, 1992).

Segundo DiMaggio (1983) apud DiMaggio e Powell (1991, p.65), a existência dos campos ocorrerá na medida em que forem definidos institucionalmente. Este processo de definição ou ‘estruturação’ institucional consiste em quatro elementos: aumento na extensão da interação entre as organizações no campo; o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais claramente definidos; aumento de carga de informação com a qual as organizações dentro de um campo devem lidar; e desenvolvimento de uma conscientização mútua entre os participantes de um grupo de organizações de que estão envolvidos em um negócio.

Nos estágios iniciais do ciclo de vida dos campos, é possível observar uma alta diversidade, em termos de abordagens e formas. Porém, quando este campo se torna bem estabelecido, há maior tendência à homogeneização. Assim as organizações podem tentar mudar constantemente; mas depois de certo ponto na estruturação do campo organizacional, o efeito agregado de mudança individual é diminuir a extensão da diversidade dentro do campo (DiMaggio; Powell, 1991, p.65).

Campos organizacionais altamente estruturados fornecem um contexto em que esforços individuais para lidar racionalmente com a incerteza e com restrições geralmente levam, de maneira conjunta, à homogeneidade em termos de estrutura, cultura e resultados (DiMaggio; Powell, 1991).

Neste sentido, o estudo das organizações e do campo organizacional permite aos pesquisadores conhecerem melhor os desafios das relações entre um conjunto de atores que, em determinado momento, se relacionam e respondem a determinadas instituições constituídas.

D. Apresentando o Seridó

O Seridó está localizado no semiárido brasileiro, e abrange algumas cidades do Rio Grande do Norte e da Paraíba, conforme Duque (2001), também é possível observar características do Seridó no estado do Ceará, entretanto, esta ampliação do Seridó não é consenso entre os especialistas, o mais comum é identificar o Seridó como um espaço característico dentro do Rio Grande do Norte. Seu clima é assim descrito por Duque (2001, p.43):

O Seridó Paraibano e Rio-grandense tem chuvas variáveis de 127 a 916 mm, por ano, com a média anual de 497mm, conforme observações da estação de Cruzeta no período de 1930-1955. A insolação é de 2988 horas por ano e a média das máximas da temperatura é de 33o. C e a média das mínimas de 22 ° C. Os ventos secos são os mais frequentes nos meses de agosto e setembro. O Ceará tem, na parte central, uma área de condições semelhantes ao Seridó (Duque, 2001, P.43).

No aspecto geopolítico, de acordo com as definições do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Território da Cidadania Seridó-RN abrange uma área de 10.954,50 Km² e é composto por 25 municípios: Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador, Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana do Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas (MDA, 2011).

A população total do território é de 289.866 habitantes, dos quais 74.381 vivem na área rural, o que corresponde a 25,66% do total. Possui 11.266 agricultores familiares, 1.007 famílias assentadas e 3 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,69 (MDA, 2011).

MAPA 1
LOCALIZAÇÃO DO SERIDÓ NO RIO GRANDE DO NORTE



Fonte: Adaptado MDA (2010).

Nota: Os limites e os nomes que figuram neste mapa não implicam seu apoio ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

Historicamente, a fixação do colonizador no semiárido brasileiro e sua estrutura agrária, têm início em meados do século XVII, com a expulsão e extermínio dos índios, e foi impulsionada pela criação de gado, que avançou nos sertões para fornecer alimentos e animais de trabalho aos empreendimentos de cana de açúcar do litoral; mais tarde, com a cultura do algodão houve a consolidação dos espaços e concretizou-se a colonização do sertão.

Nos dias atuais, o algodão saiu quase que completamente de cena, tendo tido importante papel na economia regional até meados dos anos 1980. As possíveis explicações para o final desta cultura no Nordeste são várias, e apesar da falta de consenso, pode-se dizer que os custos de produção gerados

pela disseminação da praga do bicudo, a entrada dos tecidos sintéticos a base de poliéster no mercado e a concorrência do algodão mais barato da Ásia e da África são alguns dos fatores que sempre aparecem como causas da falência desta produção, em especial no Seridó.

Com a pecuária e agricultura em crise, muitos migraram e, para os que permaneceram nas pequenas cidades do interior, foi necessário buscar alternativas viáveis e sustentáveis; com isso, o mundo urbano inchou e as principais alternativas de emprego e renda nas cidades do semiárido passaram a ser aquelas que tinham como base a prestação de serviço, o comércio, o turismo de eventos, e em menor escala a indústria. No Seridó, ganharam força às ações empreendedoras da indústria têxtil com a produção de bonés, bordados, redes, panos de prato, confecções em geral, e a indústria de alimentos regionais, como por exemplo, derivados de leite, biscoitos, carne de sol e outros produtos típicos regionais, itens que tem grande aceitação, principalmente pela qualidade associada aos alimentos produzidos no Seridó.

A questão da seca é com certeza um aspecto negativo para o morador do semiárido, que ainda precisa ser mais bem trabalhado; mesmo com toda discussão e com todos os avanços tecnológicos, ainda é possível afirmar que o cidadão que mora no semiárido, sobretudo em localidades afastadas dos centros urbanos, continua muito vulnerável às intempéries climáticas.

Modernamente, o problema da desertificação vem ganhando espaço nos debates sobre os principais desafios do semiárido, sendo muitas vezes resultado da seca. Entretanto, fazendo uma diferenciação entre esses dois fenômenos, Mainguet (1995, p. 17) afirma que é pela escala do tempo que a desertificação e seus efeitos se diferenciam dos efeitos engendrados pelas crises da seca. Neste sentido, a seca e seus efeitos são problemas recorrentes e de curto prazo, enquanto a desertificação é um mal crônico e de longo prazo.

O Seridó, junto com Gilbués no Piauí, Irauçuba no Ceará e Cabrobó no Pernambuco, totalizando uma área de 18.743,5 km², são consideradas áreas de intensa degradação, e foram chamados de núcleos de desertificação pelo Ministério do Meio Ambiente. Os estudos disponíveis indicam que a área afetada de forma Muito Grave é de 98.595 km², ou seja, 10% do semiárido, e as áreas afetadas de forma Grave atingem 81.870 km², 8% do território. Deve-se acrescentar que as demais áreas sujeitas ao antropismo, 393.897 km², sofrem degradação Moderada (IICADESERTIFICATION, 2012).

II. Apresentação e análise dos dados

A. Descrição das organizações pesquisadas

As organizações aqui estudadas têm como característica o fato de atuarem com a temática do desenvolvimento do semiárido, e para fins desta pesquisa selecionou-se aquelas que podiam influenciar no desenvolvimento do Seridó.

No decorrer da preparação dos métodos e técnicas de pesquisa, percebeu-se que a temática do desenvolvimento era trabalhada por um grande número de organizações que estavam sediadas dentro e fora do Seridó, inclusive em outros estados e também em outros países.

Neste ponto, levantaram-se alguns critérios para determinar quais seriam as organizações que participariam da pesquisa, e decidiu-se por trabalhar com organizações públicas e privadas sem fins lucrativos, e que estivessem participando de algum fórum ou rede de organizações, como por exemplo: do Território da Cidadania, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA; da rede de organizações montada pela Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó-ADESE, participantes da Articulação Do Semiárido-ASA; e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento.

Selecionadas as organizações, foram feitas as pesquisas com os representantes, com quem foram aplicados questionários e entrevistas, e a partir das respostas pôde-se analisar os dados e traçar um cenário de como era formado o campo organizacional das organizações que trabalham com o desenvolvimento no Seridó.

A seguir são descritas as organizações identificadas.

Apoiadores Nacionais: Neste caso, são organizações públicas, privadas ou da sociedade civil organizada que oferecem apoio para as organizações que atuam como o desenvolvimento do Seridó. Como por exemplo: Fundação Banco do Brasil, Universidades, Doadores particulares, ONG's ligadas a empresas como Fundação Bradesco, Instituições de Pesquisa entre outros.

Apoiadores Estrangeiros: Neste grupo de organizações estão as grandes organizações de financiamento internacional como Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Instituições de apoio à pesquisa como a Fundação Ford, IICA, ONG's internacionais, instituições ligadas às religiões, como Misereor (Igreja Católica) e Visão Mundial (Protestantes) etc. Neste grupo tem diminuído muito o valor dos recursos financeiros para projetos no Brasil, pois, na opinião destas

organizações, o Brasil já tem uma estrutura capaz de auto sustentar seus projetos e a prioridade passaria a ser os países africanos.

Governo Federal: A partir do primeiro governo do Presidente Lula em 2002, tem havido um aumento significativo de recursos para serem aplicados em projetos e que interferem no desenvolvimento do Seridó, são lançados editais e as organizações podem participar com projetos. Aqui, nota-se uma dificuldade das pequenas organizações participarem destes projetos, ficando sempre na dependência de receberem o benefício de forma indireta através das parcerias.

Fundação Joaquim Nabuco: é um exemplo de organização que aparece muito mais na elaboração de material de formação, de estudos acadêmicos, da massificação de conceitos do que na operacionalização de projetos práticos, mas sem sombra de dúvidas a Fundação Joaquim Nabuco contribui para a discussão do desenvolvimento no Semiárido brasileiro, em especial do Seridó.

Diaconia e a Caritas: também atuam com o desenvolvimento no Semiárido, são participantes dos grandes fóruns de discussão sobre o tema e possuem vários projetos acontecendo no Semiárido. Chama a atenção o fato delas serem ligadas à Organizações religiosas, sendo a Diaconia ligada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana a Caritas ligada à Igreja Católica, neste sentido estas duas organizações tentam articular as comunidades para resolverem seus desafios e de certa forma difundem seus conceitos, valores e posições morais.

Projeto Dom Helder Camara – PDHC: sediado no Recife, tem se mostrado uma experiência muito interessante, pois está ligado diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal e é responsável por pesquisar e difundir experiências capazes de influenciar positivamente a realidade das comunidades do Semiárido brasileiro; uma de suas atribuições é contribuir na organização dos trabalhos do território da cidadania. Entretanto, no momento da pesquisa havia uma preocupação sobre a continuidade do Projeto, e até o momento da aplicação do instrumento de pesquisa não havia confirmação sobre a sua renovação.

Articulação do Semiárido – ASA: é um tipo interessante de organização, pois ela está formalizada juridicamente como o projeto “1 milhão de cisternas”, que executa, junto com organizações parceiras, um projeto de captação de água potável das chuvas em cisternas de placas; este projeto teve grande aceitação pela sociedade e pelos órgãos financiadores, hoje a ideia está disseminada por grande parte do semiárido e está sendo replicada em outras áreas secas ou semiáridas do mundo.

Entretanto, ressalta-se que a ASA também é um grande fórum de discussão sobre o semiárido, e cria espaços para a troca de experiência e a formulação e defesa de políticas públicas que possam contribuir com a convivência com a seca no semiárido. Desta forma, a ASA tem parceiros no Seridó e suas discussões ajudam na divulgação de conceitos e na institucionalização de valores.

Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitário – SEAPAC: esta organização, sediada em Caicó e ligada diretamente à Diocese, tem forte ligação com as propostas levantadas pelos movimentos católicos de mobilização social, principalmente na década de 60 e 70, tais como as Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s e a Teologia da Libertação.

O SEAPAC tem um papel muito importante na articulação das associações e sindicatos rurais, integra o Colegiado do Território da Cidadania do Seridó, e o dirigente pesquisado também faz a ligação com outras organizações, sendo ele representante da ASA na região.

Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó – ADESE: tem sido, desde a sua fundação, uma organização capaz de agrupar os mais diversos grupos do Seridó para promoção do Desenvolvimento Sustentável, sua fundação surge da necessidade de se colocar em prática o que foi levantado no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó, uma iniciativa que aconteceu no final dos anos 90 e início dos anos 2000, como iniciativa da Esfera Pública Federal, Estadual e Municipal, em parceria com o IICA.

Hoje, a ADESE contribui para as discussões sobre desenvolvimento do Seridó, e faz parte da organização do Território da Cidadania do Seridó, cabendo a ela o papel de articular as atividades.

As organizações com sede e atuação no Seridó Ocidental-Endógenas: neste trabalho, estas organizações são aquelas que localizam-se no Seridó e tem um papel mais de organizar as comunidades e, quando possível, executar projetos em parceria com algumas organizações parceiras. Abaixo estão relacionadas as organizações estudadas.

QUADRO 1
ORGANIZAÇÕES PESQUISADAS COM SEDE E ATUAÇÃO NO SERIDÓ
OCIDENTAL-ENDÓGENAS

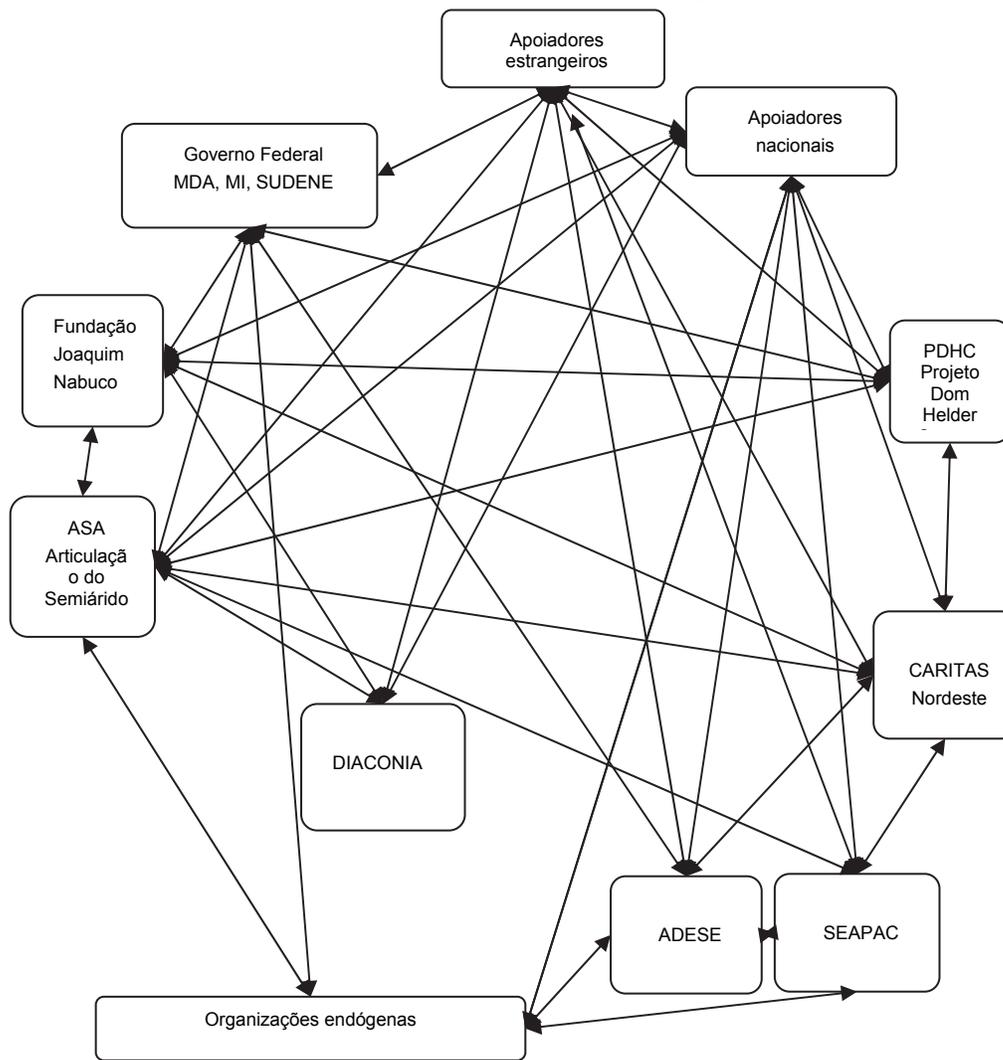
Organização - Razão social	Áreas atendidas	Município
Faculdade Católica Santa Terezinha	Micro Região	Caicó
Banco Nordeste do Brasil – BNB – Agência Caicó	Micro Região	Caicó
Loja Maçônica de Caicó	Município	Caicó
Banco do Brasil – Agência Caicó	Micro Região de Caicó	Caicó
Casa da Amizade – Rotary Club	Caicó	Caicó
Departamento Nacional de Obras Contra a Seca - DNOCS	07 municípios do Seridó	Caicó
Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa - SEBRAE	16 municípios	Caicó
Cooperativa das Bordadeiras e Artesãos do Seridó - COBARTS	08 municípios	Caicó
Casa do Empresário	05 municípios	Caicó
70º Grupo Escoteiro Rio Piranhas	Município	Jardim de Piranhas
Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas – Gabinete do Prefeito	Município	Jardim de Piranhas
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São João do Sabugi	Município	São João do Sabugi
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipueira	Município	Ipueira
Prefeitura Municipal de Ipueira – Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação	Município	Ipueira
Coordenadoria de Cultura e articulação Selo Unicef	Município	Ipueira
Prefeitura Municipal de São Fernando – Controladoria e Finanças	Município	São Fernando
Associação dos Produtores Rurais de Umarizeiro	Distrito de Umarizeiro	São Fernando
Conselho Tutelar de Timbaúba dos Batistas	Município	Timbaúba dos Batistas
Associação das Bordadeiras de Timbaúba dos Batistas	Município	Timbaúba dos Batistas
EMATER – São João do Sabugi	Município	São João do Sabugi
Prefeitura Municipal de São João do Sabugi – Secretaria de Ação Social	Município	São João do Sabugi
Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Serra Negra	15 Km de raio	Serra Negra do Norte
Sindicato Rural de Serra Negra do Norte	Município	Serra Negra do Norte
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Serra Negra do Norte	Município	Serra Negra do Norte

Fonte: Elaborado pelos autores (2012).

Estas organizações foram identificadas dentro dos fóruns e conselhos que discutem o desenvolvimento do Seridó, caracterizando-se por atuarem mais fortemente nos seus municípios sede.

Existe entre elas uma forte dependência de apoio externo, os recursos gerenciados por estas organizações são restritos e a gestão pública municipal muitas vezes representa um adversário ideológico, pois os prefeitos e vereadores em geral continuam sendo representantes das elites tradicionais que se perpetuam no poder.

DIAGRAMA 1
A REDE FORMADA ENTRE AS ORGANIZAÇÕES ESTUDADAS



Fonte: Elaborada pelos autores a partir da pesquisa (2012).

A diagrama 1 mostra uma configuração de rede que pôde ser observada através das pesquisas de campo. Visualizando esta imagem, nota-se que as organizações endógenas ao Seridó não estão totalmente separadas das organizações nacionais e dos apoiadores nacionais e estrangeiros; por outro lado, este tipo de relação é pouco comum. Outro ponto que aparece claramente é que, mesmo não aparecendo relações diretas entre as organizações do Seridó, elas podem ocorrer de forma indireta.

Nesta perspectiva, é possível afirmar que estas organizações representadas na diagrama 1 participam de um campo organizacional, onde as temáticas do semiárido e do desenvolvimento fazem parte das suas áreas de atuação, e a disputa por poder e por recursos, mesmo que não esteja tão aparente, é algo que certamente faz parte dos principais desafios destas organizações.

B. Descrição e análise do campo organizacional do desenvolvimento no Seridó

Interpretando os dados coletados junto às organizações que trabalham com o desenvolvimento no Seridó Ocidental, pode-se perceber que existe uma rede de contato entre elas, expresso principalmente na participação em espaços e fóruns de articulação, como por exemplo: Colegiado do Território da Cidadania, Articulação do Semiárido-ASA, ou nos conselhos regionais dos quais muitas destas organizações também são participantes.

Além da participação nesses espaços já estruturados e com caráter oficial, também foi possível observar nas respostas aos questionários e nas entrevistas, que também existe uma série de conexões entre estas organizações que tornam possível a troca de informação mesmo fora dos espaços de discussão e reunião formais, onde pode acontecer a formação de conceitos, a definição de apoios e demais arranjos organizacionais necessários para a construção de um cenário favorável aos objetivos das organizações.

Para possibilitar a análise do Campo Organizacional, os gestores das organizações responderam aos instrumentos de pesquisa e puderam detalhar como se dá o relacionamento entre as organizações e, desta forma, construir um cenário capaz de ajudar na compreensão deste fenômeno.

Um fato que chamou a atenção na estrutura das organizações foi a forte influência de fatores externos na fundação, na descrição do estatuto, na definição dos objetivos e na forma de atuar das organizações. Neste sentido, o entrevistado representante da ADESE afirma que é comum observar um rearranjo dos estatutos sociais nas organizações em decorrência da necessidade delas se adequarem a novas exigências legais ou de participação em editais. Desta forma, a mudança de estatuto passa a ser muito mais decorrente de uma necessidade de adequação às exigências externas, do que de uma reflexão baseada em motivações internas.

Esta atenção aos documentos e a necessidade de definir legalmente a organização são características que, com base em Scott (1995), indicam uma ênfase maior no pilar regulativo das instituições (que vê as instituições como o conjunto de regras, leis e sanções de um campo de atuação).

O representante do SEBRAE, da ASA, e da Cáritas reforçam que muitas vezes as comunidades solicitam apoios para a legalização e formalização de documentos internos das suas organizações, e que nesse processo ainda é comum verificar a utilização de modelos prontos, que muitas vezes são pensados para serem amplos e os mais genéricos possíveis, ou seja, que sejam capazes de adequar as realidades internas com o maior número de oportunidades externas.

Ainda segundo Scott (1995), neste tipo de pilar regulativo, os mecanismos de coerção são bem aparentes, e no caso das organizações pesquisadas, uma das evidências disso é que, para sobreviverem e terem acesso a editais e, conseqüentemente, a recursos, é necessário se submeter às exigências e ao poder de outras organizações, principalmente externas ao Seridó.

Outro fator importante que deve ser levado em consideração é que as organizações pesquisadas estão articuladas e suas ações e posicionamentos refletem entre elas, podendo ser descritas como verdadeiras redes, que se articulam horizontalmente e verticalmente a fim de alcançar seus objetivos e defender seus interesses.

Este aumento na extensão da interação entre as organizações no campo organizacional, e o surgimento de estruturas de dominação e padrões de coalizões interorganizacionais é descrita por DiMaggio e Powell (1991, p.65) como parte dos elementos necessários para definir institucionalmente os Campos Organizacionais.

Na forma de articulação vertical, nota-se que as organizações intermediárias assumem um papel de coordenação e possuem alguns poderes a mais que as organizações locais não possuem, principalmente no que se refere à gestão de informações e de recursos. Das 07 organizações estudadas, 05 estão localizadas em Recife, Capital do Estado do Pernambuco e 02 em Caicó, no Rio Grande do

Norte; elas são intermediárias entre as organizações do Seridó e Organizações Públicas, Privadas e Não Governamentais, nacionais e estrangeiras.

Este aumento de carga de informação com as quais as organizações dentro de um campo devem lidar é citado por DiMaggio e Powell (1991, p.65) e percebido no campo organizacional estudado. Outro fator levantado pelos autores é o desenvolvimento de uma conscientização mútua entre os participantes de um grupo de organizações que estão envolvidos em um negócio.

A restrição de recursos financeiros foi levantada pelo PDHC, pela Caritas e pela Diaconia como um ponto crítico, os entrevistados destas organizações afirmam que a diminuição de recursos financeiros de organizações estrangeiras tem se caracterizado como um problema que vem se agravando nos últimos anos, e isso se explica pela recente crise econômica mundial e pela considerável melhoria da economia brasileira neste mesmo período.

Esta conjuntura mundial de crise, associada ao momento favorável na economia brasileira, tem sido um obstáculo para a captação de recursos para os projetos destas organizações, e isso acaba refletindo, inclusive, em um problema de legitimidade junto às organizações parceiras, que passam a não contar com estes recursos financeiros para solucionar seus problemas.

Esta dificuldade de manutenção das atividades e a forte dependência de recursos externos demonstram uma vulnerabilidade de grande parte das organizações investigadas, e que segundo Scott (1992), pode variar de acordo com as incertezas e com a dependência de recursos. Desta forma, nota-se que no grupo investigado, todos vêm sofrendo com as mudanças ambientais devido a um quadro de mudança, que reflete diretamente nas formas de poder e de financiamento das organizações, o que tem sido uma ameaça para várias delas.

Analisando o relacionamento entre as organizações, nota-se através das falas dos respondentes que é forte a aproximação delas, havendo uma boa interação entre os participantes. Esta característica é observada por Silva e Gonçalves (1999) quando descrevem as condições de incerteza e dependência, referindo-se ao fato de que haver uma maior interconexão entre as organizações pode afetar diretamente na diminuição das incertezas do ambiente.

Entretanto, o cenário não é de homogeneidade e algumas lideranças manifestaram ter pouco relacionamento ou eventual com outras organizações. Percebe-se que estas organizações são mais passivas e esperam ser convidadas, mas que sempre que possível participam das atividades em conjunto, ou seja, não rejeitam a parceria, mas sua estratégia tem sido mais reativa do que proativa; isto pode também ocorrer mais com aquelas que ainda estão se institucionalizando.

Neste sentido, este isolamento que também é percebido entre as organizações que trabalham com o desenvolvimento do Seridó, deixa claro que mesmo em um ambiente comum, em um campo organizacional com características similares, é possível verificar diferenças consistentes entre as organizações.

A organização X atua de maneira isolada, mas na medida do possível participa das reuniões (Líder da organização A, 2012).

Na tentativa de analisar as interações entre as organizações, perguntou-se se as organizações do Seridó eram mais parceiras ou concorrentes. Dentre as organizações que responderam que havia mais parceria, nota-se que o sentimento de pertencimento ao Seridó é um dos motivos que leva a esta sensação; outra questão levantada é a noção de complementariedade, ou seja, a percepção de parceria acontece porque provavelmente ainda não existam disputas por espaços ou por poder. Esta análise corrobora com o que é descrito por Souza (2012, 113), “o poder é algo inerente à ação, que é explicitamente exercido por um agente sobre outro e depende dos recursos que pessoas ou organizações dispõem”.

São mais parceiras, se complementam, as instituições não invadem a área das outras (Líder da organização B, 2012).

São parceiras, não há disputa, todos os grupos vão juntos atrás de recursos (Líder da organização C, 2012).

Neste cenário, alguns responderam que havia concorrência, e conseqüentemente uma disputa pela dominação dos recursos, o que leva a uma análise pelo domínio institucional; sendo assim, este domínio leva em conta os princípios gerais que configuram os sistemas de significação, dominação e legitimação social (Silva, Gonçalves, 1999, P.225). Desta forma, a disputa pela informação privilegiada, os interesses pessoais das lideranças e a possível entrada de novas organizações neste espaço geram concorrências, ou seja, disputas por poder, no domínio da ação e por dominação, no domínio institucional.

De modo a entender como se dão estas parcerias, perguntou-se para os representantes das organizações se eles já tinham recebido formações, recursos ou financiamentos de outras organizações, fossem elas públicas, privadas ou da sociedade civil organizada (Terceiro Setor).

Através das respostas obtidas nos questionários e entrevistas, verificou-se que o apoio tem sido dado mais em formação, e que apoios financeiros têm ficado cada vez mais restritos. Buscou-se também indícios de um processo de homogeneização das organizações, que segundo DiMaggio e Powell (1991, p.66-67), pode ser conceituado como isomorfismo institucional, que se dá através do isomorfismo coercitivo, isomorfismo mimético e isomorfismo normativo.

Nota-se, nas falas abaixo, que a percepção da escassez e da concentração dos recursos deixa mais aparente as contradições e as diferenças entre as organizações.

São mais concorrentes. Com relação principalmente a informação (Líder da organização D, 2012).

São mais concorrentes, elas defendem o seu, existem interesses pessoais que sobressaem e pode ser o financeiro (Líder da organização E, 2012).

Sendo assim, ao analisar os dados, pode-se perceber que a transmissão de conhecimentos através de cursos e formações foi algo representativo para os respondentes, e que se pode caracterizar como uma estratégia de isomorfismo mimético, em que as organizações oferecem aos parceiros capacitações, treinamentos, e outros tipos de capacitações.

A entidade faz capacitação e existe a capacitação da juventude, técnico agrícola em Jundiá, do SEAPAC, do INCRA, MDA, do SENAI, os resultados são bons (Líder da organização F, 2012).

Para Souza (2012, p.119), “todo indivíduo ou organização necessita de recursos para sobreviver e crescer”. Neste sentido, é comum as organizações receberem recursos de outras organizações, entretanto, pode-se observar nas organizações estudadas que o maior número de parcerias tem acontecido para o fornecimento de formações através de cursos, treinamentos e qualificações e um menor número em recursos financeiros ou materiais.

No tocante à doação de recursos materiais e financeiros, nota-se que este foi um fator pouco citado, o que merece, em outros estudos, um maior aprofundamento, pois, em primeiro lugar, isso pode decorrer de uma grande retração dos recursos no ambiente externo, em segundo, um maior direcionamento dos recursos para um menor número de organizações, ou quem sabe outra opção não levantada.

No que se refere ao isomorfismo normativo, buscou-se conhecer como as parcerias eram vistas pelas organizações e se haviam diferenças entre as organizações públicas, privadas e do terceiro setor localizadas dentro e fora do Seridó, e se a profissionalização caracterizada por estas organizações podia influenciar e gerar mudanças internamente.

Analisando as respostas, pode-se verificar que a grande maioria das organizações investigadas percebem diferenças entre as organizações de dentro (endógenas) e de fora (exógenas) do Seridó. Aspectos como organização, fatores culturais e métodos de trabalho são levantados como características que diferenciam as organizações.

As organizações são diferentes, as organizações maiores parecem ter mais conhecimento (Líder da organização G, 2012).

No exterior o pessoal é mais metódico, mais em cima de normas e regras, é importante a diferença para o aprendizado (Líder da organização H, 2012).

Diante desses depoimentos, verifica-se que algumas organizações têm percebido as diferenças na forma de trabalhar das organizações parceiras, mas elas consideram que estas diferenças vão sendo resolvidas com o passar do tempo, que existe um esforço mútuo para que as arestas sejam reduzidas e que as organizações possam realizar seus trabalhos. É uma troca de experiência que gera aprendizado tanto nas organizações exógenas como endógenas.

As organizações têm sua cultura, mas aqui chegam elas se regionalizam. A empresa formatada tem característica caicoense, o moderno não acaba como tradicional, ele convive com o tradicional (Líder da organização I, 2012).

As organizações têm sua cultura, mas aqui chegam elas se regionalizam. A empresa formatada tem característica caicoense, o moderno não acaba como tradicional, ele convive com o tradicional (Líder da organização J, 2012).

Este isomorfismo mimético estimula a homogeneização dos conceitos, dos valores, e o processo de institucionalização, apoiando a consolidação de algumas organizações como aquelas capazes de servir de referência para as demais, e desta forma, oferecendo a legitimação necessária para que possam ser definidas as organizações que terão maior ou menor poder no campo organizacional.

No que se refere ao isomorfismo coercitivo, nota-se que para realizar algumas mudanças no campo organizacional do desenvolvimento no Seridó, algumas organizações utilizam de seu poder para elaborar regras, leis e sanções, assim como descreve Scott (1995), de modo que a base de legitimação é o legalmente sancionado.

Vale salientar que as organizações estudadas estão vivenciando mudanças, no que se refere às políticas públicas para o desenvolvimento do semiárido, na estruturação de redes e de fóruns, e isso vem alterando a forma de como entender e agir na superação de diversos problemas ainda não resolvidos nesta região.

Uma das principais construções conceituais que hoje vem ganhando espaço nas estratégias de desenvolvimento do semiárido é a afirmação de que se deve conviver com o semiárido e não combater a seca. Esta forma de pensar estimula uma nova percepção da realidade e abre uma gama de possibilidades para a otimização dos esforços no desenvolvimento do semiárido.

Desta forma, os grupos ou organizações que defendem políticas paliativas e que se aliam aos grupos conservadores que ainda detêm o poder de mando, através das prefeituras de muitos municípios do semiárido, estão agora sendo pressionados para se adaptarem à perspectiva da convivência e não do combate à seca.

Neste sentido, os embates vêm acontecendo, e o isomorfismo coercitivo e normativo, ainda são reflexos de ações e de ideias vindas de fora do Seridó, e mesmo caracterizando-se como ideias inovadoras e com grande potencial para a mudança positiva da realidade, não se pode dizer que a sociedade local esteja totalmente convencida disso.

Por fim, esta análise demonstra que o Campo Organizacional onde atuam as organizações que trabalham com o desenvolvimento no Seridó, está em um processo avançado de institucionalização. As organizações estão aumentando a extensão das suas interações, e nota-se disputas de poder envolvendo principalmente as organizações públicas (prefeituras, órgãos de governos estaduais e

federais) e as organizações sem fins lucrativos, que buscam ampliar suas esferas de poder ou de manutenção de um “*Status quo*”.

As trocas de informações estão aumentando significativamente, são realizadas constantemente reuniões, são distribuídos materiais informativos impressos e através da internet estão se formando verdadeiras redes de discussão sobre as temáticas do desenvolvimento, para algumas organizações esta tem sido a maior contribuição das organizações parceiras. Por fim, o termo desenvolvimento ainda não está consolidado, ainda existem vários conceitos e opiniões que remetem a ideologias que precisam ser trabalhadas antes da definição do que de fato deve-se entender por desenvolvimento.

III. Considerações finais

O estudo do Campo Organizacional das Organizações que trabalham com o Desenvolvimento no Seridó Ocidental demonstrou que existe, de fato, um processo de institucionalização acontecendo e que é possível perceber as interações e disputas inerentes a este processo.

Outro fator que deve ser levado em consideração é a questão do poder, expressa principalmente pela capacidade das organizações de se relacionarem com os governos e de poderem exercer suas ideologias políticas. Neste aspecto, nota-se que as organizações atuais se posicionam em uma linha ideológica que aprova o desenvolvimentismo de estado e que rejeitam as perspectivas mais neoliberais.

Para estas organizações, a possibilidade de estarem mais presentes na definição, na elaboração e na execução das grandes políticas públicas é considerada como uma conquista recente, pois o Brasil, em especial o semiárido, ainda sofre com a concentração de poder nas mãos de grupos políticos que se revezam nos governos locais e não tem interesse em mudar a realidade local, muito menos alterar a relação de forças em seus redutos eleitorais.

Neste sentido, a estratégia das organizações endógenas e exógenas ao Seridó, passa a ser a de criarem estruturas capazes de fortalecê-las, de modo a enfrentar a ameaça de retorno a um tipo de política de característica neoliberal, ou de perder espaço para outras que representem o interesse de grupos ligados às tradicionais famílias da região.

Nas atividades dos Territórios da Cidadania, projeto do Governo brasileiro para promoção do desenvolvimento territorial, é possível observar um tipo de disputa entre os representantes das Prefeituras Municipais e os representantes das organizações da sociedade civil organizada, na qual, em vários momentos, os Prefeitos e seus representantes deixam de participar das reuniões, numa tentativa de não legitimar as decisões tomadas nas mesmas e nos fóruns deliberativos do Território da Cidadania.

As organizações investigadas estão em estágios diferentes e algumas já possuem uma gestão bem profissional, estas conseguem obter mais recursos e influenciar outras menores a orbitarem em sua área de influência.

A grande disputa, no entanto, está entre as organizações ligadas às esferas de governo municipal e as organizações da sociedade civil; as prefeituras e câmaras de vereadores ainda são espaços relacionados com as antigas elites conservadoras, conhecidas no nordeste por coronéis. Neste caso, durante muito tempo a luta foi desigual, pois a maior parte dos recursos que vinham para a região passava pelas mãos dos “coronéis”, e quanto mais influência este tivesse, mais recursos conseguia.

Hoje, algumas estratégias vêm ocorrendo para diminuir o poder destes coronéis, e a própria formação deste Campo Organizacional é uma estratégia, pois, à medida que novos atores entram neste espaço, existe um enfraquecimento do modelo antigo. O Governo Federal, através da formação dos Territórios da Cidadania, de certo modo estimula o fortalecimento das organizações da sociedade civil no Campo Organizacional.

Por fim, nota-se com as respostas dadas nesta pesquisa, que o conceito de desenvolvimento está no contexto de uma disputa ideológica e de poder, e as organizações estão participando para expressar seus pontos de vista e opiniões; entretanto, este processo ainda é recente, pois a participação das pessoas no Seridó, assim como em outras regiões do semiárido brasileiro, sempre foi muito vigiada e pouco democrática.

Bibliografia

- Ab'Saber, A. N. (1992), Os sertões: A originalidade da terra. *Ciência Hoje*, Volume especial Eco-Brasil, Rio de Janeiro, SBPC, maio de 1992, p. 4-14.
- Abramovay, R. (2003), *O futuro das regiões rurais*, Porto Alegre, Ed. Ufrgs (Capítulo sobre “capital Social”).
- Abramovay, R. (2007), Para uma teoria dos estudos territoriais. In: Ortega, A. C.; Almeida Filho, N. (Orgs), *Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária*, Campinas, Alínea Ed.
- Appendini, K.; Monique NUIJTEN, M. (2008), El papel de las instituciones en contextos locales: cuestiones metodológicas en investigación de campo. In Appendini, K.; Barrios, R. G.; Hernandez, B. T. (ORG.) *Instituciones y desarrollo: Ensayos sobre la complejidad del campo mexicano. Cuernavaca: UNAM, CRIM*; El Colegio de México; Universidad Autónoma Chapingo.
- Augusto, J. (1954), *Seridó*. Rio de Janeiro, Borsoi.
- Bellen, Hans Michael van. (2002), Indicadores de Desenvolvimento Sustentável - Um Levantamento dos Principais Sistemas de Avaliação. In: *Encontro Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração*, Salvador, *Anais...* [CD-ROM].
- BNB. (2010), *Nordeste do Brasil*: Sinopse Estatística. Fortaleza, BNB.
- Bordieu, P. (2005), *O poder simbólico*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brito, D. C.; Ribeiro, T. G. (2011), *A modernização na era das incertezas: crise e desafios da teoria social*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a09v5n2.pdf>. Acesso em: 11 de março de 2011
- Brüseke, Franz Josef. (1995), *O problema do desenvolvimento sustentável*. In Cavalcanti, Clovis (Org.) *Desenvolvimento e natureza: Estudo para uma sociedade sustentável*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, p.29-40.
- Bursztyn, M. (2008), *O poder dos donos: Planejamento e clientelismo no nordeste*. 3ª. Ed. Rio de Janeiro, Garamond.
- Campos, C. J. G. (2004), Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, Vol. 57. n5.set/out.
- Capra, F. (1996), *A teia da vida*. São Paulo, Cultrix, 1996.
- Cardoso JR, J. C.; Siqueira, C. H. R. (2009), A história como método e a centralidade do estado para o desenvolvimento das nações. In: *Desafios do Desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do IPEA*. Brasília, IPEA.
- Carvalho, C. A.; Sachs, T. R. (2001) A internacionalização da economia chega ao terceiro setor: as relações (de)pendentes entre as ONGs do Sul e do Norte, *O&S. Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 8, n. 20, p. 107-123.
- Carvalho, C. A. P., Vieira, M. M. F.; Lopes, F. D. (1999), *Contribuições da perspectiva institucional para análise das organizações*, Anais do XXIII Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação em Administração – ENANPAD, Foz do Iguaçu.

- Cazella, A. A. (2012), As bases sociopolíticas do desenvolvimento territorial: uma análise a partir da experiência francesa. In: *Desenvolvimento Territorial: produção, identidade e consumo*. Ijuí, Editora Unijuí.
- Cordeiro Neto, J. R. e Alves, C. L. B.(2008), *A Relação Entre Escola E Território Na Promoção Do Desenvolvimento Local: Implicações Para As Políticas Educacionais*. Anais Encontro Regional SOBER Nordeste, Mossoró, 2008
- DiMaggio, P. J.; Powell, W.W. (1991), The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality. DiMaggio, P. J.; Powell, W. W. Introdução. In: DiMaggio, P. J.; Powel, W. W. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago and London, The University of Chicago Press.
- Diniz, N. M. M. (2008), *Velhas fazendas da Ribeira do Seridó*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo– USP, São Paulo.
- Duque, J.G. (1973), *O nordeste e as lavouras xerófilas*. Fortaleza, Banco do Nordeste.
- Ferro, V. R.; Gonçalves, S.A. (2010), Ambiente organizacional e instituições: A emergência do mercado no ensino superior brasileiro no período de 1970 a 2007. *Perspectivas contemporâneas*, Campo Mourão, Edição Especial, p. 85-120, out.
- Firjan, (2011), *Índice Firjan de desenvolvimento municipal 2011: ano base 2009*, Rio de Janeiro, Sistema Firjan.
- Fligstein, N. (2007), Habilidade social e a teoria dos campos. São Paulo, *RAE*. Vol.47. no. 2. Abr/jun.
- Franco, A. *Capital social e desenvolvimento local (2004)*. Consultado em: <http://empreende.org.br/pdf/Capital%20Social%20e%20Cidadania/Capital%20social%20e%20desenvolvimento%20local.pdf>. Disponível em: 12 de março de 2010.
- Freire, P. (1996), *Pedagogia do oprimido*. São Paulo, Paz e Terra.
- Froehlich, J. M. (1999), O local na atribuição de sentido de desenvolvimento. *Textos CPDA*, Rio de Janeiro, no. 7, p. 01-17, mai. 1999.
- Furtado, C. (1996), *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- Gibbs, G. (2009), *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre, Artmed.
- Gil, A., C. (1999), *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, Atlas.
- Hardy, C.; Clegg, S. (2001), *Introdução: Organização e estudos organizacionais*. In: Clegg, S.R.; Hardy, C.; Nord. W. R. (Orgs.) *Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções*. São Paulo, Atlas, V.2.
- Hare, F. K. (1992), *Desertificação: Causas e Consequências*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- IBGE, (2012), Consultado em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Disponível em 14 de abril de 2012.
- IICA. (2011), *Plano de desenvolvimento sustentável do Seridó*. Consultado em <http://www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/PublicacoesIICA/PlanoDesenvolvimentoSustentavelSerid%C3%B3-VolumeI.pdf>. Disponível em: 07 de outubro de 2011.
- IICADESERTIFICATION (2012), Consultado em: <http://www.iicadesertification.org.br/lendo.php?sessao=MTA3>. Disponível em 03 de abril de 2012.
- Jeperson, R.L. (1991) Institutions, institutional effects, and institutionalism. In DiMaggio, P.J.; Powell, W.W. *The new institutionalism in organizational analysis*. Chicago and London, The University of Chicago Press.
- Macke, J; Michelon, R.C. (2007), *Capital social e formatação de roteiros turísticos: o caso da rota gastronômica da Quarta Colônia (RS)*. In Anais do IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM, São Paulo/SP.
- Mainquet, M. (1995), *La desertification: expression de la décadance? In: L'Home et la secheresse, Paris, Masson*.
- MDA, (2011), Território da cidadania- Seridó/RN. Disponível em: http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/seridrn/one-community?page_num=0. Acesso em 25 jan. 2011.
- Melo, J. A. B; Pereira, R. A.; Neto, J. D. (2008), *Atuação do estado brasileiro no combate à seca no nordeste e ampliação das vulnerabilidades locais*. Anais do II Semiluso- Seminário Luso Brasileiro sobre agricultura familiar e desertificação, João Pessoa.
- Meyer, J. M; Rowan, B. (1991), Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. DiMaggio, P. J.; Powel, W. W. Introdução. In: DiMaggio, P. J.; Powel, W. W. *The new institutionalism in organizational analysis*, Chicago and London, The University of Chicago Press.
- Mintzberg, H.; Ahlstrand, B; Lampel, J.(2000), *Safári de estratégia: Um roteiro pela selva do planejamento estratégico*, Porto Alegre/RS, Bookman.
- Moncayo Jiménez, E. (2002), *Nuevos enfoques teóricos, evolución de las políticas regionales e impacto territorial de la globalización*. Santiago de Chile, ONU/CEPAL/ILPES.

- Morais, I. R. D. (2005), *Seridó Norte-Rio-Grandense: uma geografia de resistência*, Caicó, Editora autora.
- Morin, E. (1984), *Sociologia*. Lisboa, Publicações Europa-America.
- Moura, Maria Suzana et al., (2002), Desenvolvimento Local Sustentável: O que sinalizam as práticas. In: Encontro Nacional dos programas de pós graduação em Administração, Salvador, 2002. *Anais...* [CD-ROM].
- Nascimento, E.P. (2010), Planejamento estratégico e desenvolvimento sustentável. In: *Textos para discussão CDS*. Brasília.
- Novaes, Washington (Coordenador).(2000), *Agenda 21 Brasileira: Bases para discussão*. Brasília, MMA/PNUD,2000.
- Pieterse, Jan N. (1996). The cultural turn in development: questions of power. In: *The European Journal of Development research*. London, Frank Cass & Co. Ltd. v. 07, n 01, dec. pp 176-193.
- PNUD, (2010), *Relatório de desenvolvimento humano 2010: A Verdadeira Riqueza das Nações - Vias para o Desenvolvimento Humano*. Nova York, PNUD (tradução IPAD).
- Popov, V. (2009), Quais são as lições das economias em transição para o sucesso do desenvolvimento: colocando os casos de sucesso no mundo pós-comunista em uma perspectiva mais ampla. *Revista Tempo do Mundo*. Brasília: IPEA, v.1,no.1, dez.
- Richardson, R. J. (1999), *Pesquisa social: Métodos e técnicas*. São Paulo, Editora Atlas, 1999.
- Rocha, J. D. (2008), *Estratégias territoriais de desenvolvimento e sustentabilidade no semi - árido brasileiro*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento sustentável, Universidade de Brasília – UnB.
- Sachs, Ignacy. (1986), *Espaços, Tempos e Estratégias do Desenvolvimento*. São Paulo, Vértice.
- Santana, M. O. (org.) (2007), *Atlas das áreas susceptíveis à desertificação do Brasil*. Brasília: MMA/SRH/UFPB.
- Sardar, Z. (1996), Beyond development: an islamic perspective. In: *The European Journal of development research*. London, Frank Cass & Co. V.8;n.2; PP.36-55.
- Silva, C., L. M.; Gonçalves, S., A. (1999), Nota técnica: A teoria Institucional. In: Clegg, S.R.; Hardy, C.; Nord. W. R. (Orgs.) *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo, Atlas, V.1.
- Scott, W. R. (1995), *Institutions and organizations*. London and New Delhi,SAGE publications.
- Scott, W. R. (1987), The adolescence of Institutional theory. *Administrive Science Quaterly*. New York, Cornell University. 32(4). 493-511.
- Scott, W. R. (1992), *Organizations: rational, natural, and open systems*. 3. ed. New Jersey: Prentice-Hall.
- Sen, Amartya. (1999), *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- Souza, R. S. (2012), *A condição organizacional: O sentido das organizações no desenvolvimento rural*. Santa Maria, Ed. da UFSM.
- Tucker, Vincent. (1996), A cultural perspective of development. In: *The European Journal of Development research*. London, Frank Cass & Co. Ltd. v. 08, n 02, dec. pp 01-21.